



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Curitiba, 26 de janeiro de 2015.
OF CIRC 001/2015 - CONSEJ.

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Integrante do CONSEJ:

Com fundamento nos artigos 8º e 13, I do Estatuto do CONSEJ, convoco Vossa Excelência para a reunião ordinária a ser realizada no dia **10 de fevereiro de 2015**, a partir das 9h, em Brasília - Distrito Federal, **nas dependências do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ**, Auditório Lucas Barbosa da Costa, Sala S7, Setor Comercial Norte, Quadra 03. Bloco B, Edifício Victória.

PAUTA:

- Ata da reunião anterior – dia 08 e 09/12/2014;
- Eleição da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do CONSEJ;
- Proposta de institucionalização do Colegiado de Execução Penal;
- Relato sobre aos seguintes encaminhamentos:
 - Indicação de representantes do CONSEJ para o DEPEN/MJ:
 - Grupo de Trabalho sobre Pessoas Estrangeiras Privadas de Liberdade;
 - Conselho de Educação e Pesquisa da Escola Nacional de Serviços Penais – ESPEN;
 - Assuntos pendentes;
 - ENASEP - Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal – Programa Segurança Sem Violência:
 - Projeto Identidade Cidadã - RG para presos;
 - Prontuário da Pessoa Privada de Liberdade – Modelo/Resolução 657/2014 – SEJU/PR;
 - Diagnóstico sobre as unidades prisionais que necessitam de reforma e construção no Brasil.
 - Envio de dados dos presos para o Cadastro Nacional de Pessoas Privadas de Liberdade – CNP (responsável Fabiano Baia Bonifácio, e-mail bonifacio@seju.pr.gov.br).

Esclareço que na mesma data e local será realizada a Reunião Conjunta com o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ, conforme convite – Ofício Circular nº 1/2015/GAB DEPEN/DEPEN-MJ, de 21/01/2015 (cópia anexa).

Atenciosamente,

MARIA TEREZA UILLE GOMES,
Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça,
Direitos Humanos e Administração Penitenciária – CONSEJ
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.